

Revista Cocar. Edição Especial N.11/2022 p.1-18

ISSN: 2237-0315

Dossiê: A educação de Jovens e adultos no tempo presente: entre silenciamentos, invisibilidades, retrocessos e resistências em políticas e práticas de currículo.

A EJA ofertada pelas Comunidades Eclesiais de Base na Amazônia e o processo de resistência cultural em Paulo Freire

EJA offered by Ecclesial Base Communities in the Amazon and resistance cultural process by Paulo Freire

Émina Márcia Nery dos Santos
Universidade Federal do Pará (UFPA)
Belém/PA - Brasil

Resumo

Este texto busca problematizar a educação popular ofertada pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) em Gurupá, na Amazônia brasileira. Para além da formação escolar, tal formação educacional em questão baseia-se em premissas da Teologia da Libertação. Pedagogicamente, esta dinâmica de formação é inspirada pela epistemologia freiriana do conhecimento, na qual o processo de educação voltado aos jovens e adultos trabalhadores objetiva prover cada estudante de capacidades de realização da denominada “leitura do mundo”. Metodologicamente, realizou-se uma pesquisa de campo por meio de entrevistas, análise documental e bibliográfica. Os resultados revelaram que as CEBs identificaram as demandas locais e propuseram ferramentas para que os jovens e adultos daquela localidade tivessem condições de lutar por uma sociedade mais justa e igualitária, a fim de alterar suas histórias de vida.

Palavras-chave: EJA; Comunidades Eclesiais de Base; Paulo Freire.

Abstract

This paper seeks to problematize popular education offered by Ecclesial Base Communities (CEBs) in Gurupá, in the Brazilian Amazon. More than schooling, that educational formation bases itself on the Liberation theology. Pedagogically, such a formation dynamic is inspired by Freirean epistemology, in which education oriented towards working-class youth and adults aims at providing each student with abilities for engaging with “reading the wor(l)d”. In terms of methodology, field research was carried out through interviews, document and bibliographical analysis. Results revealed how CEBs identified local demands and proposed tools to youth and adults of such locality, for them to be able to fight for a more just and egalitarian society, in order to modify their own life stories.

Keywords: EJA; Ecclesial Base Communities; Paulo Freire.

Introdução

Este artigo realiza uma problematização da educação popular ofertada pelas Comunidades Eclesiais de Base em uma comunidade amazônica na década de 1980. Para além da formação escolar, a referida formação educacional baseava-se em premissas da teologia da libertação, cuja finalidade consistia em promover a emancipação política de trabalhadores rurais excluídos do processo de escolarização formal. Pedagogicamente, esta dinâmica de formação teve como base a epistemologia freiriana do conhecimento, na qual o processo de educação voltado aos jovens e adultos trabalhadores objetivava prover cada estudante com capacidades de realização da denominada *leitura do mundo*, que consistia em estabelecer um processo de tomada de consciência e de ressignificação da vida como construção intencional – e por isso histórica.

Embora parte do material tenha sido colhido entre os anos de 2006 e 2008, durante uma pesquisa de campo no Marajó, à época não foi completamente utilizado e está sendo analisado na atual conjuntura e em consonância com a atualidade do centenário de Paulo Freire. É válido ressaltar que os sujeitos foram informados sobre o motivo da pesquisa e concordaram em realizar as entrevistas.

Além disso, esta pesquisa está focalizada em estudos acerca da natureza política e cultural das denominadas epistemologias do Sul, para que seja possível ressignificar o material pesquisado e não analisado àquela altura, agora fazendo-o com base nesta outra racionalidade. A partir desta dinâmica, retomamos essa memória registrada e a utilizamos como fonte para novas perspectivas investigativas.

Metodologicamente, a pesquisa foi realizada por meio de entrevistas, análise documental e bibliográfica em torno da história do município de Gurupá, na região do Marajó, estado do Pará, território da Amazônia brasileira. Posteriormente, foram feitas análises das informações a partir das premissas do pensamento de Paulo Freire, bem como da constituição das epistemologias do Sul, ambas como paradigma histórico contra-hegemônico, que se baseia em relações culturais e de poder a partir das concepções de homem e de mundo oriundas de premissas eurocêntricas.

Encontramos um conceito preliminar para essa categoria que é compreendida como:

uma proposta de expansão da imaginação política para lá da exaustão intelectual e política do Norte global, traduzida na incapacidade de enfrentar os desafios deste século, que ampliam as possibilidades de repensar o mundo a partir de saberes e práticas do Sul Global e desenham novos mapas onde cabe o que foi excluído por

uma história de epistemicídio (SOUSA SANTOS; ARAÚJO; BAUMGARTEN, 2016, p. 15).

Nesse contexto, consideramos o pensamento freiriano e a resignificação da vivência política gurupaense como conhecimento que engaja os seres no mundo de forma ativa, de modo que a resistência propicia a construção de estruturas pedagógicas que possibilitam a emancipação dos inseridos nessa dinâmica, por meio da leitura da palavra e da leitura do mundo.

Assim, o texto está dividido em três partes. A primeira é composta por uma apresentação da Educação de Jovens e Adultos na Amazônia, por meio da experiência de Gurupá, na Ilha do Marajó; a segunda destaca o papel das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) na construção da cultura da resistência e a última destaca a educação para a resistência e a epistemologia do sul na relevância dos saberes populares.

A Educação de Jovens e Adultos na Amazônia por meio da experiência de Gurupá, na Ilha do Marajó

O município de Gurupá, unidade espacial de referência deste texto, está localizado no arquipélago do Marajó, à margem direita do Rio Amazonas, na Mesorregião do Marajó, mais especificamente na chamada Microrregião de Portel.

Em se tratando de Gurupá, um motivo justifica a necessidade do estudo em questão, o qual se refere à trajetória histórica e política do lugar, mais especificamente a partir de meados da década de 1980, após a Constituição Federal. Foi nesse contexto que se aperfeiçoaram práticas democráticas como matrizes constitutivas de um modelo de gestão de suas políticas públicas educacionais, por meio da construção de espaços públicos que buscavam referenciar socialmente, a partir das demandas locais, as necessidades e perspectivas da sua população, especialmente no que se refere à concepção e à gestão de suas políticas públicas de educação. Vale (2017) destaca que lutas sociais nessa perspectiva de democratização das relações se fazem necessárias para que políticas públicas educacionais alcancem os mais vulneráveis com possibilidade de mudança social.

Das gerações mais antigas até as mais novas, configura-se no município a resistência como cultura, a partir do protagonismo do campesinato local no enfrentamento ao patronato dominante na região, algo que ganha relevo nos discursos dos cidadãos, sejam eles mais conservadores ou mais militantes da emancipação política das relações do lugar. É,

portanto, fato incontroverso, além de se constituir ponto de encontro em diversas falas o fato de que:

O avanço de suas lutas [referindo-se ao povo de Gurupá] rompe com as relações clientelistas e de dependência com as oligarquias locais, emergindo grupos sociais com identidade própria e que articulam, de forma particular nas suas ações, o econômico com o político. É neste processo que grupos e movimentos sociais no campo paraense constroem alternativas concretas de desenvolvimento que, resgatando elementos de sua vivência e luta cotidiana, apontam para a sua capacidade de atuação no debate, na elaboração e intervenção de políticas públicas a nível local regional, nacional e internacional (OLIVEIRA JUNIOR, 1991, p. 2).

Esse aspecto ganha dimensão ainda maior quando se realiza a contextualização do paradigma de organização das relações de poder predominantes na região da Ilha de Marajó. Neste território, ainda hoje em dia, predomina a figura do fazendeiro coronel, detentor de latifúndios – a fazenda –, o qual, por este fato, carrega consigo um poderio semelhante ao de divindades sobre o peão de fazenda e toda a sua família.

A dimensão do poder disciplinar (FOUCAULT, 2014) exercida pelo fazendeiro extrapola as relações hierarquizadas que derivam das atividades meramente econômicas e produtivas, de modo que alcança dimensões outras da vida humana, como a produção da cultura, por exemplo, com a mesma força do poderio expresso no modo de funcionar das atividades laborais da terra e do gado.

Esta dinâmica de organização das relações é a que tem servido de matriz para se analisar os arranjos de poder local hegemônico na região. Os coronéis de fazenda, nos idos das décadas de 1960, 1970 e 1980, configuravam e personalizavam sua autoridade em todas as suas dimensões e complexidades. Nos dias de hoje, não mais figuram como representação oficial da autoridade, mas ainda persistem como institucionalização simbólica da centralização das decisões políticas, que se concentra nas mãos de uma minoria representante de oligarquias de poder guiadas pela tradição.

Ao se considerar a maioria dos municípios marajoaras, ainda perdura a seguinte configuração das relações locais em torno dos arranjos políticos:

Essa tendência [referindo-se aos processos emergentes na década de 80 de descentralização política] é frágil, casuística, dependendo de contingências. Nos municípios onde as mudanças sociais não se fizeram de forma intensa nos últimos anos e mantêm-se as velhas estruturas de poder, além de observar-se maior fragilidade dos movimentos sociais é justamente onde a centralização de poder na figura do governador é maior e onde as prefeituras continuam relativamente direcionadas pelas oligarquias locais. Constata-se, assim, a desarmonia entre o discurso de descentralização e o espaço de participação comunitária no processo decisório (CASTRO; ACEVEDO MARIN, 1986/1987, p. 14).

Um exemplo do que foi descrito pode ser analisado a partir de um estudo desenvolvido por Araújo (2002), no município de Soure, também no Marajó, como fruto de sua tese de Doutorado em Educação na Universidade de São Paulo. Para a autora, a fazenda em Marajó constitui uma instituição em torno do qual gravitam as relações sociais e culturais que compõem o cenário de convivência humana como um todo. Tais relações acabam, portanto, reproduzindo a matriz organizacional da dinâmica de funcionamento da unidade agrária, replicando-se da mesma forma a organização hierarquizada de poder, com foco para a moral da obediência (ARAÚJO, 2002).

O sistema escolar constituído pela organização das escolas da rede pública local de Soure também fica submetido a esta racionalidade de idealização e funcionamento, em um processo no qual a educação também passa a ser concebida como um sistema cultural altamente dependente desta dinâmica de organização do tempo, do espaço e das relações de poder que ali se desenvolveu e que, de forma mais sutil, subliminar e refinada, ainda se reproduz na atualidade.

Além do fazendeiro e do coronel, destacamos também, àquela época, a presença das igrejas como instância muito importante na formação de ideologias, com protagonismo na organização das relações de poder na região.

A partir de Freire (1981), sustentamos a tese de que, em todos os momentos da história humana, as religiões funcionaram como instância de modelação ideológica. Nesse sentido, usamos palavras desse pensador para afirmar que:

Não podemos discutir, de um lado, as Igrejas, de outro, a educação e, finalmente, o papel das primeiras com relação à segunda, a não ser historicamente. As Igrejas, de fato, não existem, como entidades abstratas. Elas são constituídas por mulheres e homens “situados”, condicionados por uma realidade concreta, econômica, política, social e cultural. São instituições inseridas na história, onde a educação também se dá. Da mesma forma, o quefazer educativo das Igrejas não pode ser compreendido fora do condicionamento da realidade concreta em que se acham (FREIRE, 1981, p. 85).

Com isso, podemos afirmar que as igrejas assumiram intencionalmente um projeto de formação humana no final do século passado na Amazônia marajoara, seja atuando em uma perspectiva mais conservadora, seja em uma dinâmica mais emancipadora.

No que se refere à primeira modalidade de atuação, Freire (1981) nos chama a atenção para o seu caráter de valorização da neutralidade, por meio do que ele denomina de *ação anestesiadora* ou de *ação aspirina*, expressões de um idealismo subjetivista que só

pode levar à preservação do *status quo*. Tal orientação revela uma intenção de formar as pessoas a partir de uma racionalidade desgarrada do mundo, na qual a realidade social, seus conflitos e distopias sejam intocáveis.

Por outro lado, na perspectiva de atuação mais emancipadora, resgata-se uma ação mais humanista, na qual ganha relevo a concepção de projetos protagonizados por outros segmentos dessa igreja e por outros ideais de formação humana. Tais ações são baseadas em uma epistemologia da emancipação, em que a libertação da consciência e a autoconstituição de ser histórico e estar na história são elementos estruturantes da fé, do engajamento histórico e do anúncio de um Cristo com características revolucionárias, de justiça e de benevolência.

Na América Latina, esse projeto foi denominado como a Teologia da Libertação, na qual o aprendizado de ser cristão era considerado um processo, que pode ser descrito pela seguinte dinâmica:

No momento, porém, em que, pela própria experiência, vão percebendo que a família que reza unida precisa de casa, de trabalho livre, de pão, de roupa, de saúde, de educação para seus filhos, de expressar-se e de expressar seu mundo, criando e recriando, precisa de ser respeitada no seu corpo, na sua alma, na sua dignidade, para permanecer unida não na dor apenas e na miséria, neste momento mesmo, ao revelar sua percepção nova de tal realidade, passam a ter a sua própria fé posta em parêntese por aqueles que, achando pouco o seu poder político, econômico ou eclesial, pretendem ainda apoderar-se da consciência dos demais (BOFF, 1978, p. 33).

Essa foi não só a Igreja que se instalou na formação dos quadros políticos em Gurupá, mas também cujo pensamento humanista cristão se coaduna com a perspectiva freiriana de política da libertação, algo que deve se dar pela transformação revolucionária da sociedade e não pela manutenção da opressão de classes, a qual faz com os oprimidos tenham seus corpos interditados dos espaços decisórios. Entendemos que essa matriz em muito contribuiu para que a resistência em Gurupá se configurasse como um imperativo cultural para além da sua dimensão política.

Com isso, queremos dizer que, em Gurupá, a organização das relações de poder e a configuração em torno dos arranjos de poder local se estruturaram obedecendo outra racionalidade, diferente da hegemônica nos territórios marajoaras. A resistência gurupaense traduz nesta lógica a reação a um sistema patronal institucionalizado a partir do domínio do

capital comercial sobre as complexidades produtivas e humanas. Esta diretriz dá um relevo ainda mais significativo às lutas camponesas deste povo na década de 1980.

De acordo com documento do Instituto Internacional de Educação do Brasil (2011, p. 17):

Nas últimas décadas do século XX, o sistema de aviação entrou em decadência econômica. Nesse período, os trabalhadores rurais de Gurupá, a exemplo do que ocorria em outras regiões do Pará, iniciaram forte processo de organização e emancipação social que mudaria a situação sociopolítica do município. Passaram a lutar, de forma organizada e sistemática, contra o poder e a opressão dos patrões, reafirmando seus direitos legítimos à terra onde viviam e aos recursos naturais dos quais dependia a sua sobrevivência. Também nessa fase, estes trabalhadores se viram frente a novas ameaças que acirravam ainda mais as suas lutas: a devastação de seus meios de vida em função da exploração predatória dos recursos naturais por empresas madeireiras e de beneficiamento do palmito do açai.

Sobre um pouco desta história, contada a partir dos homens e mulheres de Gurupá, vale ressaltar a presença de Seu Edgar¹ que, passando dos 70 anos, foi protagonista da maioria dos fatos ocorridos neste período. De forma muito lúcida, relatou-nos as suas vivências de muitas formas, entre elas por meio de uma composição musical de sua autoria, que transcrevemos a seguir:

*1971 na prelazia do Xingu Paróquia de Gurupá,
Uma estrela veio a brilhar a boa nova anunciar os pobres evangelizar.
Assim começa outra realidade se formaram lideranças nasceram comunidades.
Sobre [sic] a luz da verdade ao longo da estrada vimos muitas coisa [sic]
erradas.*
REFRÃO
***Se viu muita lei de opressão.
Nossas terras em poucas mãos o patrão era quem mandava nos pobres e na
produção.***
***Assim é a história do país.
Na política e na igreja, quem manda é as elites os pobres têm pouca vez. [sic]
Entramos em lutas práticas, fomos ganhando espaço pela terra e sindicato.
Foi bonito a decisão na política e mutirão a saída do patrão.
Criamos associação um grande plano de ação para vender a produção.
E isso que a gente fala de um país de igualdade viver a paz entre as nações.
[sic]***

Seu Edgar traduz em seus versos a situação em que a maioria da população local se encontrava no final da década de 1970, quando as circunstâncias econômicas e seus consequentes benefícios estavam centralizados nas mãos de poucos detentores de capital comercial e de poder na região.

A EJA ofertada pelas Comunidades Eclesiais de Base na Amazônia e o processo de resistência cultural em Paulo Freire

O referido personagem da história de Gurupá sempre foi lavrador. Fez curso de formação política pelo Instituto da Pastoral Regional (IPAR) em Belém, e Boa Nova no município paraense de Santarém (situado às margens do Rio Amazonas), nos anos de 1978, 1979 e 1980. Ele mesmo define a história de Gurupá como um movimento camponês de luta e de resistência. Depois largou o estudo e foi se dedicar à Pastoral Catequética.

Nestes processos de formação, muitos agricultores da área rural de Gurupá foram arregimentados pela Igreja Católica para fazerem cursos de capacitação política, o que estabeleceu uma matriz de formação que afirmou o vínculo entre essas pessoas e deu muito mais consistência e consciência à sua luta.

Uma das primeiras consequências desta formação foi a criação, por parte desta parcela da população, do primeiro partido político de esquerda no município, como conta seu Edgar a seguir:

Em Santarém fomos então 11 companheiros para estudar política. Conjuntura foi o meu grupo de estudo mais o Manoel Chico. Lá nós constatamos que somente a elite do país é que fazia política. O PMDB começava a aparecer e o PT na Amazônia também. No final da formação a Izabel Miranda perguntou: vocês vão criar o PT em Gurupá? Eu e o Manuel Chico decidimos criar o PT em Gurupá²...foi uma festa, mas era perigoso...mesmo com a anistia a Polícia ainda vigiava a gente. Na volta de Santarém fizemos uma reunião no toldo do barco³ e decidimos fazer uma reunião para passar o assunto conjuntura e criou o partido. Essa reunião se deu no Moju com o Moacir Alho⁴ repassamos o trabalho para o partido político e meteu candidato para prefeito. Eram 26 pessoas do partido. A outra reunião foi no Mararu na casa do Chiquinho e outra grande no cafezal...depois entregamos a coordenação do partido para a cidade. Então preparemo [sic] documento pra pedir a legalidade do partido. Eu fui muito pressionado pelo Zé Vicente⁵. Não tinha liberdade de expressão... Conseguimos, mesmo assim, legalizar. Me lembro como se fosse hoje... A eleição de 81, o candidato era o Alfredo Costa e do outro lado Cecília Palheta do PDS. Nosso candidato foi o mais votado, mas nossa ala perdeu a eleição. Assim, ainda fizemos dois vereadores o Nogueira [referindo-se ao atual prefeito] e o Gama⁶. Começamos a criar associações, sindicatos, revendas, cantinas para a comunidade... Não deu certo ainda. Ainda não deu certo as cooperativas aqui... Infelizmente não deu...ainda não se consegue comercializar a produção dos produtores (SEU EDGAR, 76 anos).⁷

Tratou-se de uma experiência bastante reconhecida, não somente ao nível local, mas também na esfera estadual. A criação do Partido dos Trabalhadores em Gurupá destacou-se como um exemplo bem-sucedido de constituição de força eleitoral popular, com destaque para a atuação das comunidades rurais (PETIT, 1996).

Logo, a Educação de Jovens e Adultos em Gurupá nos apresenta sua dimensão transformadora, como fala Paulo Freire, na medida em que possibilitou aos adultos daquela localidade amazônica ferramentas para lutarem e ocuparem seus espaços por meio da resistência aos opressores. Dessa forma, as Comunidades Eclesiais de Base foram essenciais para a realização processo, como veremos com mais detalhes a seguir.

O papel das CEBs na construção da cultura da resistência

Nesse contexto o papel de apoio da Igreja Católica, personificada na imagem do Padre Giullio Luppi, foi imprescindível à estruturação das forças camponesas em torno de seu projeto político. O padre chegou à Amazônia no início da década de 1970, a partir de um movimento de igrejas na Europa voltado a ajudar as igrejas que não tinham um número suficiente de padres. Considerando este fato, o Concílio do Vaticano designava áreas de maior prioridade para o deslocamento de sacerdotes. Na época do seu deslocamento, houve ainda muita influência do apelo do Papa João XXIII para que fosse dada prioridade às Igrejas da América Latina.

Na época, o pároco atuava ao lado dos camponeses que trabalhavam na extração de madeira e sua atuação era intensa no sentido de estimular a venda direta de madeiras dos produtores, sem intermediação do patrão; com isso, o dinheiro arrecadado era investido na compra de produtos para a cantina coletiva dos trabalhadores, que viviam endividados com o patrão.

Esta ação respondia em muito às necessidades dos trabalhadores e, por meio dela, o padre começou a ser reconhecido como liderança dos trabalhadores e, conseqüentemente, passou a ser malvisto pelos patrões.

Padre Giullio nos contou que:

Em 1971 houve um apelo para que nos deslocássemos à prelazia do Xingu e colocamo-nos à disposição. Neste período estavam iniciando as obras da Transamazônica. Não havia comunidade que não se organizasse em torno, ao redor dos patrões. Neste período a principal atuação da igreja era na atividade de desobriga, que é o trabalho em cima dos sacramentos católicos, batizado, casamento etc. A partir de 1972 começamos a fazer uma visita diferente, que ia além da desobriga. Esses encontros iniciavam com conversas, um pouco de celebração em pontos chave para que se pudesse difundir a palavra, ensinar a 'serem eles', trabalhar a auto-estima deles, era um processo de valorização do povo... Eles não sabiam ler, e aí passávamos dias e dias soletrando os cultos... a escolaridade na região era muito fraca. Tinha só uma escolinha primária na cidade, mas queríamos uma com a presença das irmãs. Só que essa

A EJA ofertada pelas Comunidades Eclesiais de Base na Amazônia e o processo de resistência cultural em Paulo Freire

necessidade coincidiu com o período de crise das vocações religiosas, e aí não teve irmã pra vir. Nesses encontros nas comunidades foram se organizando grupos e as comunidades começaram a se nuclear tendo como base o espírito religioso. O pessoal queria escola... como eu não tinha como atender esse pedido começaram a usar o espaço de formação religiosa como espaço para uma formação que ia mais adiante, mas era tudo informal.

Os encontros a que se referiu o sacerdote deram origem às Comunidades Eclesiais de Base (CEB), e a eles se reputa a origem de todo o processo de organização política do campesinato de Gurupá, que mais tarde formou lideranças atuantes na organização de um partido político de esquerda (Partidos dos Trabalhadores), além de sistematizar um modelo de gestão alternativo ao vigente até então na região.

Sobre as CEBs, é importante ressaltar alguns aspectos que se delinearam a partir de sua constituição histórica como movimento da Igreja Católica. No que se refere às origens históricas dessas comunidades, pode-se apontar como seu marco definidor o Concílio do Vaticano II (1962-1965), que contemplou como um dos novos princípios da Igreja Católica a necessidade de conceber as comunidades – entendidas como Povo de Deus – como parte ativa na construção do Reino de Deus. Fato é que sua atuação se deu fortemente no campo da formação sociopolítica das camadas populares.

Olhando na história mais próxima, no Brasil, podemos dizer que, nascidas na década de 60 do século passado, as CEBs foram um celeiro de vocações libertárias, políticas e sindicalistas, uma sementeira de movimentos populares e de pastorais sociais (como a CPT, CIMI, Pastoral Operária, Pastoral da Mulher Marginalizada, da Criança, do Povo de Rua etc.). Grande parte das lideranças do Partido dos Trabalhadores [lamentamos que muitos tenham perdido essa referência] e do sindicalismo combativo nasceram na CEBs (SILVEIRA; VIOTTI, 2003, p.56).

Assim, foram ressaltadas duas premissas de condução da Igreja em relação às comunidades que começavam a se organizar: a primeira refere-se à maior participação dos leigos nos rumos da instituição; e a segunda, à construção com as comunidades de processos mais participativos de tomada de decisão (SILVEIRA; VIOTTI, 2003).

Sobre como as CEBs se construíam desde sua origem, no texto denominado *As Comunidades Eclesiais de Base*, podemos entender que:

Eram grupos de pessoas que, morando no mesmo bairro ou nos mesmos povoados, se encontravam para refletir e transformar a realidade à luz da palavra de Deus e das motivações religiosas. Daí o nome de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Começavam também a reivindicar pequenas melhorias nos bairros, mas, ao mesmo tempo, iniciavam uma caminhada para tomar consciência da situação social e

política [...] essas pequenas comunidades cristãs, de 20 a 100 membros, eram consideradas um novo sujeito popular capaz de reverter a situação de pobreza e apontando para uma nova sociedade mais justa e fraterna (BINGEMER, [s/d], p. 1).

Neste contexto, uma das definições mais completas dessas comunidades é feita por Boff (1978), a partir de uma interpretação sociológica e ecleogeneológica⁸, baseada nos Documentos de Medellín. Consiste no seguinte:

Os Documentos de Medellín definem a CEB como um grupo homogêneo e com uma dimensão tal que permita o trato pessoal fraterno. Assim, a CEB constitui o primeiro e fundamental núcleo eclesial, uma célula inicial de estruturação eclesial e foco de evangelização e atualmente fator primordial de promoção humana e desenvolvimento (BOFF, 1978, p. 52).

A referida estruturação eclesial define a alteração da atuação das Igrejas através da ressignificação das suas paróquias, nas quais a palavra de ordem seria a de não mais esperar que o povo fosse à igreja, mas que a igreja chegasse ao povo. Esta nova formatação do papel das paróquias definia as linhas pastorais de ação das CEBs.

Esta descentralização das paróquias reposiciona os aglomerados populacionais nos interiores das zonas rurais. A partir da denominação de comunidades, tais agrupamentos tornaram-se o foco maior de ação da igreja, além de definirem o espaço físico onde deveriam ser desenvolvidas as ações comunitárias da paróquia.

Então, ratificando as declarações do Pe. Giullio em relação à função das CEBs, pode-se tecer a consideração a seguir:

A paróquia torna-se assim a “comunhão de comunidades”, a “assembleia de comunidades de base”, ponto de referência administrativo e socialmente identificador, assim como o lugar de encontro para expressões eclesiais particularmente preñes, como, por ex., as celebrações batismais, as eucaristias, e outras assembleias mais solene (BOFF, 1978, p. 57).

Nos entremeios das dinâmicas provocadas pelas CEBs foram construídas bases sólidas de integração entre os setores que compunham a sociedade gurupaense, concretizadas nas ações em parceria principalmente entre o Poder Público Municipal e os movimentos sociais organizados; estes últimos eram representados fundamentalmente pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gurupá, Associações de Agroextrativistas, Conselho Nacional de Seringueiros, Colônia de Pescadores Z49 e Federação de Órgão para a Assistência Social e Educacional (FASE); aliados ao Poder Público, estes geraram várias experiências alternativas ao atual modelo de desenvolvimento.

A EJA ofertada pelas Comunidades Eclesiais de Base na Amazônia e o processo de resistência cultural em Paulo Freire

No início da década de 1980, foi fundado em Gurupá o Partido dos Trabalhadores, e a essência de seus quadros tinha origem no seio das CEBs. Pode-se dizer, de acordo com Silveira e Viotti (2003), que o PT de Gurupá surgiu das *Sacristias Progressivas*. Ainda nos dias de hoje, a presença da Igreja Católica em Gurupá define, em boa medida, a concepção de participação dos movimentos sociais nas decisões políticas do município e na concepção própria de um projeto de educação popular; tal projeto se centra “na produção cooperativa, na atividade sindical, na mobilização e na organização da comunidade para a assunção por ela da educação de seus filhos e filhas” (FREIRE, 2000, p. 132).

Este ânimo foi a tônica de organização das comunidades em torno da resistência à dinâmica patronal e ao baixo índice de qualidade de vida das pessoas de Gurupá. A esse respeito, ao final da década de 1970, de acordo com o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IIEB), a maioria das famílias ribeirinhas era caracterizada pela presença dos seguintes elementos constitutivos de sua estrutura: exclusão social e baixo nível de cidadania; insegurança fundiária e exploração predatória dos recursos naturais.

Além do apoio pedagógico da igreja, ressalta-se seu apoio logístico na formação das pessoas. Ganhou destaque a presença do Barco da Igreja, chamado *Livramento*, palco de encontros políticos decisivos nas comunidades.

Outra história muito interessante em relação à presença do barco no imaginário da população local, principalmente dos mais antigos, demonstrou a importância simbólica do *Livramento*. Seu Godofredo Veiga, que foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gurupá, relembra o seguinte:

A elite local culpava o padre Giulio Luppi pela tomada do sindicato. Por isso, em 29/03/1986, afundaram o Livramento. O barco ficou no fundo durante 1 ano e 8 meses. Os moradores da cidade atribuem o achado do barco no fundo do rio a São Benedito de Gurupá⁹, padroeiro da cidade, já que depois de tanto tempo no fundo do rio o barco ficou engatado em um pedaço de pau por milagre, e por isso pode ser resgatado. O resgate do barco só fez aumentar a fé do povo gurupaense em Deus e nos Santos [São Benedito de Gurupá e Santo Antônio]. (SEU GODOFREDO VEIGA)¹⁰.

Um outro entrevistado fez referência à tomada do STR pelos Trabalhadores Rurais, quando ocuparam o Sindicato durante 28 dias, com a finalidade de fazer valer o resultado das eleições, que indicavam a vitória de um camponês para a presidência da entidade.¹¹ Dessa maneira, o protagonismo das ações de resistência desencadeadas pelos movimentos

sociais locais ocorreu por conta de uma atuação sistemática da Igreja no processo de formação política das comunidades.

Em Gurupá, pode-se afirmar que a atuação de movimentos reivindicatórios no campo por educação pública popular gratuita, de qualidade e em conformidade com seus interesses identitários, ao longo da história, foi demarcada pela qualificação destes movimentos a partir das fragilidades sociais e políticas a que sempre foram submetidos.

Educação para a resistência e a Epistemologia do Sul: a relevância do saber popular

Especificamente no que se refere às políticas municipais de educação, a construção de instâncias participativas em Gurupá sofreu a influência da trajetória das lutas camponesas, originando o que se denomina de educação popular. O discurso de um professor da rede municipal de ensino relatou tal situação:

O importante é que nossos alunos tragam no sangue o valor da luta... para mim é muito bonita a forma como se dá a educação pública em Gurupá...a educação pública popular é um momento muito importante na história de Gurupá... o importante é se preocupar com o aluno, com a pessoa como ser humano... ainda são poucos professores que têm essa preocupação. Eu não estou professor, eu sou professor, e a maioria dos nossos colegas estão professores (PROFESSOR DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO).

Percebe-se, portanto, a presença das lutas camponesas dentro das estruturas das escolas, assim como na mentalidade de formação política dos professores e na condução da matriz formativa da educação fundamental na região.

Parte da construção dos arranjos sociais e políticos no município, desde a sua colonização, permite analisar seu papel na dinâmica econômica da Amazônia não como temática principal do texto, mas como elemento imprescindível ao entendimento do contexto, a partir de elementos estruturantes na construção das relações de subordinação que deram voz às resistências que se instalaram como matriz de governo e reorientaram a concepção de poder local na região.

Essa premissa nos remete à concepção freiriana de educação como prática intencionalmente libertadora, que se constitui – como essência filosófica e conteúdo pedagógico – da problematização do conhecimento da realidade, visando à intervenção qualificada no mundo. Daí a educação ser em si mesma uma dimensão especialíssima da cultura. Por isso Paulo Freire nos diz que:

A EJA ofertada pelas Comunidades Eclesiais de Base na Amazônia e o processo de resistência cultural em Paulo Freire

A educação como prática de liberdade, ao contrário daquela que é prática da dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo assim como também a negação do mundo como uma realidade ausente aos homens (FREIRE, 2019, p. 70).

Assim, a tarefa é investigar essa realidade a partir de premissas que estruturam o pensamento freiriano como epistemologia do conhecimento, visando ao resgate da premissa da resistência e da visibilidade de saberes não científicos como simbologia da dignidade humana do historicamente invisibilizado. Isso nos remete a um engajamento histórico radical, imprescindível ao processo emancipatório de fazer emergir a consciência do oprimido, da sua realidade, da existência da relação opressor-oprimido, de seus mecanismos e efeitos. De acordo com Freire (2019), a inserção crítica e ação já são a mesma coisa, de modo que esta intervenção metódica é considerada o princípio pedagógico fundante de um processo educacional que deve primar pela emancipação e resistência dos sujeitos que nele estão envolvidos.

Tal ideário representa um projeto político e cultural de autonomização política dos países do Sul, aqui sinalizados nessa condição, menos pelo seu posicionamento geográfico, mais pela sua condição de estar à margem do paradigma dominante, que se consolida por meio de práticas educativas que reposicionam os sujeitos envolvidos, promovendo sua resistência a uma condição que faz emergir seu processo de conscientização e de emancipação. É, portanto, legítimo afirmar que:

as Epistemologias do Sul surgem como uma proposta epistemológica subalterna, insurgente, resistente, alternativa contra um projeto de dominação capitalista, colonialista e patriarcal, que continua a ser hoje um paradigma hegemônico. Na sua fundação, encontra-se a ideia-chave de que não há justiça global sem justiça cognitiva global, isto é, as hierarquias do mundo só serão desafiadas quando conhecimentos e experiências do Sul e do Norte puderem ser discutidos a partir de relações horizontais e sem que as narrativas do Sul sejam sempre sujeitas à extenuante posição de reação (a periferia que reage ao centro, o tradicional que reage ao moderno, a alternativa que reage ao cânone) (SOUSA SANTOS; ARAÚJO; BAUMGARTEN, 2016, p. 18).

Essa perspectiva paradigmática é formulada a partir de uma racionalidade que se estrutura por meio de práticas educativas que valorizam a experiência humana e a ação, de modo que possui como ponto de partida o encontro do sujeito educando com sua realidade histórica e como ponto de chegada o resgate e a valorização de sua dignidade humana, representada pela sua emancipação sociocultural.

Nesse sentido, é importante contextualizar a epistemologia de Freire como um ideário latino-americano que se contrapõe e resiste ao processo de hegemonização ideológica que ganha centralidade nos países situados ao Norte do planeta, identificados historicamente como dominantes na dinâmica geopolítica mundial. Ela busca, nesse sentido, resistir à cultura da dominação; por isso, constitui uma ação profunda e não meramente metodológica, como muitos ainda concebem. Sousa Santos (2014) nos revela que a simbologia do Sul traduz uma metáfora do sofrimento humano, consequente de práticas opressoras do colonialismo, do capitalismo e do patriarcado, que revelam a potência da resistência a essas formas de opressão.

Para Freire (2019), a dimensão cultural consiste na mais importante maneira de se estabelecer o diálogo com as pessoas, em que a dialeticidade que deve haver entre educação e cultura é a condição primeira da possibilidade para que o conhecimento, resultado da investigação que nasce desta relação, seja realmente significativo entre educandos e educadores. Dito isto, uma prática educativa que se queira democrática não pode ser invasiva, sobrepor-se à realidade cultural em que está se dando, estabelecendo uma relação de dominação cultural. Com isso, ele afirma que sociedades colonizadas ou invadidas culturalmente são sociedades alienadas (FREIRE, 2019).

Mencionar Paulo Freire no contexto educacional brasileiro significa, a partir dessa reflexão, erigir um ideário não somente pedagógico, mas político de valorização das práticas democráticas e dos direitos humanos em uma sociedade profundamente demarcada pela desigualdade social. Seu pensamento, portanto, extrapola uma teoria da educação, pois se configura ao longo dos tempos como paradigma cultural de resistência a projetos hegemônicos de sociedade, que primam pelo individualismo exacerbado gerado pelo capital, pela reprodução do pensamento conservador de sociedade e pela transformação da educação como aparelho ideológico desta dinâmica.

Desta forma, a análise das ideias educacionais de Freire, principalmente depois de sua grandiosa obra *Pedagogia do Oprimido*, estrutura um processo de descolonização das mentes por meio de uma educação emancipadora, que possui como eixo estruturante do seu pensamento a desconstrução de um projeto hegemônico de dominação por meio das ideias, na qual a educação atua como importante e imprescindível meio de irradiação de poder (PINI; ABREU, 2019).

A EJA ofertada pelas Comunidades Eclesiais de Base na Amazônia e o processo de resistência cultural em Paulo Freire

Por representar um projeto político e cultural de libertação por meio de práticas educativas que reposicionam o sujeito, que, por isso, promovem seu processo de conscientização e de emancipação, o imaginário que Paulo Freire desperta é relevantemente perigoso aos que protagonizam um projeto de educação que de forma sutil ou mesmo escancarada oprimem a humanidade de homens e mulheres, por meio da interdição de seus corpos na sociedade que exclui, com uma educação cuja finalidade é promover a colonização de pensamentos destoantes.

Considerações finais

O texto problematizou a educação popular ofertada pelas Comunidades Eclesiais de Base em Gurupá, município paraense localizado na Amazônia brasileira, a qual, historicamente, é um espaço marcado por disputas diversas presentes no território nacional, mas que são acentuadas em locais distantes dos centros urbanos, onde a terra ainda é objeto de dominação por aqueles que possuem maiores áreas como suas propriedades.

Diante do *lócus* analisado, vale destacar a constituição das epistemologias do Sul como paradigma histórico contra hegemônico ao dominante, o qual se baseia em relações culturais e de poder a partir das concepções de homem e de mundo norteadas por premissas eurocêntricas. Isso relevou-nos que a resistência dos jovens e adultos foi intensificada por meio de um modelo de educação com propósitos bem definidos e em consonância com as demandas dos oprimidos em Gurupá. Logo, seu ideal transformador balizado nas premissas freirianas se materializou com êxito nesse território de disputas na Amazônia brasileira.

As falas dos entrevistados também nos relevaram que as CEBs foram essenciais para mudança na estrutura societária de Gurupá, porque a resistência do povo precisou ser alinhada ao planejamento local junto a um projeto previamente definido, além de ter sido disseminada por meio da educação daqueles jovens e adultos que possuíam uma bagagem de vida que não poderia ser descartada quando chegavam às escolas. Pelo contrário, o projeto das CEBs foi identificar as demandas locais e propor ferramentas para que esses adultos potencializassem suas condições de lutar por uma sociedade mais justa e igualitária, alterando assim suas histórias de vida por meio do protagonismo de suas ações.

Referências

- ARAÚJO, Sônia Maria da Silva. **Escolas de fazenda na ilha de Marajó**: um estudo com base em Raymond Williams. 2002. 241 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- BINGEMER, Maria Clara Lucchetti. As Comunidades Eclesiais de Base: vida e esperança. **Maria Clara Bingemer**, [on-line], [s/d]. Disponível em: <http://agape.usuarios.rdc.puc-rio.br/artigosamaivos.htm> Acesso em: 20 out. 2020.
- BOFF, Clodovis. **Teoria do Método Teológico**. Petrópolis: Vozes, 1978.
- CASTRO, Edna Maria R.; ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. Estado e Poder Local: dinâmica das transformações na Amazônia brasileira. **Pará Desenvolvimento**, Belém, n. 20/21, p.9-14, jul/dez. 1986, jan/jun.1987.
- FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 68. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL. **Regularização fundiária e manejo florestal comunitário na Amazônia**: sistematização de uma experiência inovadora em Gurupá-PA. Brasília: IIEB, 2011.
- OLIVEIRA JUNIOR, Paulo Henrique Borges. **Ribeirinhos e Roceiros**: gênese, subordinação e resistência camponesa em Gurupá – PA. 1991. 339 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.
- PETIT, Pere. **A esperança equilibrista**: a trajetória do PT no Pará. Belém: NAEA; São Paulo: Boitempo, 1996.
- PINI, Francisco Rodrigues de O.; ABREU, Janaina M. Prefácio: Educação, Democracia e Resistências. **Revista UniFreire**, São Paulo, ano 7, n. 7, p. 5-8, dez. 2019.
- SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Epistemologies of the South: Justice Against Epistemicide**. Boulder: Paradigm Publishers, 2014.
- SOUSA SANTOS, Boaventura; ARAÚJO, Sarah; BAUMGARTEN, Maíra. As Epistemologias do Sul num mundo fora do mapa. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 18, n. 43, p. 14-23, set./dez. 2016.
- SILVEIRA, Plínio Vidigal Xavier; VIOTTI, Frederico Abranches. A Teologia da Libertação no poder? **Catolicismo**, [on-line], abr. 2003. Disponível em: <tinyurl.com/y2r3kls3>. Acesso em: 20 out. 2020.
- VALE, Cassio. **Subsunção do público ao privado na educação paraense**. 124f. Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade Federal do Pará. Belém, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5426999. Acesso em 29 set. 2021.

Notas

¹ Foi lavrador e chegou na cidade de Gurupá em 1992. Morava na comunidade de Marajoí e saiu de lá com 58 anos. Resgata boa parte da memória da construção do movimento de resistência dos trabalhadores agrícolas do município, o qual teve origem com as Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica. Participou da ocupação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Gurupá no ano de 1976. Foi secretário da paróquia entre os anos de 1992 e 1997. Tem seis filhos e um neto. Sem nunca ter tido acesso a processos escolares formais, diz o seguinte: *“Eu não estudei em colégio nenhum dia, os dois filhos mais velhos estudaram comigo, eu não sei como, mas estudaram [...]”*.

² Criado a partir de Comissão Provisória homologada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Pará no dia 12 de outubro de 1981. A criação do partido em Gurupá contou com o apoio dos seguintes segmentos da sociedade local: Igreja Católica, através de suas pastorais; comunidades rurais por meio de mais de 60 Comunidades Eclesiais de Base; Delegacias Sindicais do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; e lavradores. Grande parte do apoio político e da força eleitoral do partido adveio da população rural.

³ Barco *Livramento* da Igreja Católica. Inicialmente o barco era o meio de transporte que o padre encontrou para percorrer todas as comunidades, realizando a formação das pessoas. Mais adiante, com o sucesso das organizações políticas locais e diante da dificuldade de se promover reuniões entre as lideranças, por conta do controle excessivo dos patrões, o referido barco tornou-se símbolo da luta camponesa cristã em torno de um projeto libertador de sociedade. Ainda hoje, o barco se encontra aportado no Rio Amazonas, bem em frente à Igreja Católica, e constitui o meio de transporte do Padre em suas visitas às Comunidades Eclesiais de Base de toda a região.

⁴ Foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores em Gurupá, onde ocupou a presidência de 1986 a 1991. Em 1988, candidatou-se à prefeitura municipal, mas foi derrotado por Esmeralda dos Santos do PMDB. Foi eleito prefeito pelo PT para o mandato de 1992-1995.

⁵ José Vicente de Paula foi duas vezes prefeito de Gurupá pela ARENA. De 1980 a 1995, filiou-se ao PDS, ao PFL e ao PSDB. Fez oposição ferrenha ao Pe. Giulio, referindo-se a ele como Judas e fundador do PT na região. Em Petit (1996), encontram-se mais detalhes sobre sua atuação política no município.

⁶ Refere-se a Benedito Gama, vereador municipal no final da década de 1990

⁷ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada no município de Gurupá em 1 jun. 2006.

⁸ Considerada a Teologia da Igreja Católica. Para aprofundamento, consultar Boff (1978).

⁹ Ainda nos dias de hoje, é de grande relevância, na constituição do sistema de valores da região, a fé do povo nos santos padroeiros da localidade, suas festas religiosas, ritos cristãos. Estas expressões religiosas constituem um dos motivos pelos quais a Igreja continua legitimada como uma força política importante no município e na região.

¹⁰ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada no município de Gurupá em 3 jun. 2006.

¹¹ Esta etapa da história pode ser mais detalhada nas obras de Oliveira Junior (1991) e Petit (1996).

Sobre a autora

Émina Márcia Nery dos Santos

Professora Titular da Universidade Federal do Pará atuando em cursos de graduação e no Programa de Pós-graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB/UFGPA). Líder do Grupo de Estudos em Educação em Direitos Humanos (GEEDH). E-mail: emina@ufpa.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1532-270X>

Recebido em: 01/10/2021

Aceito para publicação em: 04/10/2021